CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1204/77

INTERESSADO: Ângelo David de Persicano

ASSUNTO : Contrato do interessado para lecionar as disciplinas Ciências das Finanças e Direito Financeiro e Direito Processual Civil II, junto ao Departamento de Direito Público, da Faculdade de Direito de Franca -

RELATOR : Cons. Alpíno Lopes Casali- Contrário p/ Direito Processual Civil II.

PARECER CEE Nº 1599 /78 - CTG - APROVADO EM 16 / 11/78

I - RELATÓRIO

1 - HISTÓRICO

A Faculdade de Direito de Franca encaminhou ao Conselho Estadual de Educação a indicação do professor Ângelo David de Persicano para, na categoria de Professor I, ministrar aulas de 1) - Ciências das Finanças e Direito Financeiro e 2) Direito Processual Civil II.

2.- FUNDAMENTAÇÃO - Voto do Relator:-

A indicação será examinada à luz do artigo 4º e alíneas da Deliberação-CEE nº 8/76.

2.1 Graduação em ensino superior: - O docente indicado é bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Niterói em 1957. O diploma está registrado. Segundo o certificado à fl. 12, figuram no currículo do curso as disciplinas 1) - Ciências das Finanças com a duração de um ano letivo, e 2) Direito Judiciário Civil com dois anos. Não há porém indicação da carga horária.

2.2 - Curso de pós-graduação: - Não foi exibido comprovante.

2.3 - Curso de Especialização: - Não foi apresentada prova a respeito das duas disciplinas ou disciplinas afins.

2.4 - Curso de Aperfeiçoamento: - Nada foi dito ou comprovado.

2.5 - Exercício técnico-profissional, no qual as disciplinas tenham direta aplicação:- O docente indicado é advogado na comarca de Franca (fl. 22).

2.6 - Exercício anterior do magistério nas disciplinas em outro curso superior autorizado ou reconhecido: - Não foi exibido - comprovante.

2.7 - Trabalhos publicados sobre a especialidade, ou seja, a respeito do conteúdo programático das disciplinas:- Foram apresentados:-1)- cópia de um estudo, em datilografia, com 17 páginas, sob o título "Da Ação de Prestação de Contas no Direito Judiciário Brasileiro"; 2)- cópia de inicial, datilografada, de ação de reintegração de posse; 3)- idem de contestação em ação de desapropriação; 4)- idem de contestação em embargos à execução; 5)- idem de contestação em ação negatória de servidão; 6)- cópia de exceção de incompetência na Justiça do Trabalho.

O estudo versa matéria não do atual Código de Processo Civil, mas do anterior. Os demais elementos, em dois dos quais há referência a mais de um procurador ad judicium, embora acessíveis de valoração como trabalhos profissionais, não se ajustam ao conceito de trabalhos publicados - referidos na alínea "a" do artigo 4º da Deliberação-CEE nº 8/76. Ainda que, por liberalidade, fossem aceitos como tais, seriam insuficientes para comprovar convivência com o Direito Processual Civil, em nível compatível com o ensino teórico e prático em uma escola de Direito.

2.8 - Outros títulos que, a critério do Conselho Estadual de Educação, possam ser considerados na qualificação do indicado para o ensino das disciplinas:

2.8.1 - Quanto ao exercício de magistério: - Atestado, datado de 30 de janeiro de 1969, segundo o qual o docente indicado era professor da disciplina História Econômica Geral e do Brasil na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Franca (fl.15). Atestado, datado de 7 de junho de 1973, de que o docente indicado "lecionou" Estudo de Problemas Brasileiros em 1973, na qualidade de assistente, na Faculdade Pestalozzi de Ciências, Educação e Tecnologia, de Franca (fl.16). Atestado, datado de 7 de junho de 1973, no sentido de que o docente indicado "é titular da disciplina Economia", daquela Faculdade, aprovado pelo Conselho Federal de Educação (fl.20). Cópia xerográfica de páginas de "Documenta", nº 132, onde se lê que o docente indicado foi aprovado para ministrar aulas de Economia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Barão de Mauá" em Ribeirão Preto (fl.77). Idem, idem nº 140, onde também se lê que o professor indicado foi aprovado para ministrar aulas de Elementos de Economia e Economia Aplicada à Educação na Faculdade de Educação "Antônio Augusto Reis Neves", em Barretos (fl.81). Idem, idem nº 106, onde se lê que o docente indicado foi aprovado para ministrar aulas de Economia na Faculdade de Passos, Minas Gerais. Idem, idem sob nº 136, em que se lê, no Parecer-CFE nº 213/72, a aprovação do docente indicado para ministrar aulas de Economia na escola a que se refere o atestado à fl. 16, retro-mencionado. Idem, idem, sob o nº 188, onde figura o Parecer-CFE nº

2.125/76, relativo ao reconhecimento dos cursos de - Matemática e de Física, da Faculdade Pestalozzi, retro referida. Lê-se que o docente indicado é o Coordenador do Curso de Ciências (fl.93).

2.8.2 - Quanto ao exercício da administração escolar: - Foi Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Franca (fls. 17 2 18). Foi Vice-Diretor da mesma (fl.19).

2.8.3 - Quanto à atividade profissional: - É funcionário do Banco do Brasil, agência de Franca, servindo, em 27 de julho de 1977, na Carteira de Comércio Exterior (fl.20). O seu período de trabalho no Banco, em data de 10 de agosto de 1977, era de 7:00 até 13:00 (fls.116).

2.8.4 - Quanto a cursos: - Há comprovantes de haver frequentado cursos de extensão, ministrados mediante conferências (um em 1966; um em 1967; um em 1968; um em 1970; um em 1971; um em 1972; um em 1973 ; um em 1975; um em 1976). Foram promovidos pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Direito de Franca.

2.8.5 - Os elementos sob 2.8.1 revelam que o docente indicado não é um especialista na área do Direito Judiciário Civil, nem, a rigor, na área de Ciências das Finanças e Direito Financeiro.

2.8.6 - O mesmo se conclui do exame dos elementos sob 2.8.3.

2.8.7 - A respeito dos dados sob nº 2.8,4 pode-se admitir relativa conexão com a disciplina Ciências das Finanças e Direito Financeiro. Sob esse enfoque, faz-se remissão ao exercício no magistério na disciplina Economia.

2.9 - Carga horária do docente indicado: - Segundo a "grade horária", o mesmo trabalha no Banco do Brasil, no período já mencionado , de 7:00 até 13:00, de segunda a sexta-feira. O horário de 14:00 até 17:00, nos mesmos dias está designado para o exercício da advocacia. O horário compreendido entre 17:00 e 22:30, está destinado à Faculdade de Direito de Franca, de segunda a quarta-feira. O horário entre 20,55 a 22,30, na quinta-feira, está reservado a mesma Faculdade. O horário entre 17:00 e 20:45 na sexta-feira esta atribuído a um estabelecimento de ensino sob a sigla UNIFRAN, provavelmente seja a antiga Pestalozzi. Enquanto, o entre 20:55 e 22:33 à Faculdade de Direito de Franca. No sábado, de 8:00 até 11:00, trabalha na UNIFRAN, e em seguida, de 13:00 até 17:00 na Faculdade "Antônio Augusto Reis Neves", em Barretos (fl.116)

Difícil a avaliação do tempo que o docente indicado dedica aos seus estudos e à apreciação e correção das provas de seus alunos, uma vez que se presume reserve ele o domingo à família e ao descanso.

2.10 - Antes da Lei nº 4024, de 196, a denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Conselho Nacional de Educação aprovou a indicação do professor Angelo David de Persicano para ministrar aulas de Direito Judiciário Civil (fl. 48).

No entanto, o Conselho Estadual de Educação firmou o princípio de que os atos daquele Colegiado não são obrigatórios no sistema estadual de ensino.

2.11 - Em face do exposto, nega-se aprovação a indicação do professor Angelo David de Persicano para ministrar aulas de Direito Judiciário Civil, admitida, a título de exceção, apenas a indicação para Ciências das Finanças e Direito Financeiro.

2.12 - Foram exibidos 1) - comprovante da idoneidade moral - do docente indicado, firmado por dois magistrados da comarca - (fl. 115); 2) - atestado negativo de antecedentes expedido pelo Diretor Geral da Polícia do D.O.P.S. (fl. 121); 3) - atestado de residência na cidade de Franca (fl. 118) e 4) - comprovante de que é eleitor.

II - CONCLUSÃO

A Faculdade de Direito de Franca poderá admitir, nos termos do presente Parecer, o Professor Angelo David de Persicano - para, na categoria de professor I, ministrar aulas da disciplina Ciências das Finanças e Direito Financeiro.

São Paulo, 31 de agosto de 1978

a) Cons. Alpínolo Lopes Casali - Relator

III - DECISÃO DA ~~CMA~~ CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o voto do Relator. Vencidos os votos dos Cons. Eurípedes Malavolta e Renato Alberto T. Di Dio, nos termos da Declaração de Voto em separado.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, - Celso Volpe, Eurípedes Malavolta, Henrique Gamba, Luiz Ferreira Martins, Nicolas Boer, Paulo Gomes Romeo e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 25/10/78

a) Cons. Henrique ~~Gamba~~ - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Os Conselheiros Eurípedes Malavolta e Renato Alberto - T. Di Dio foram votos vencidos, nos termos de sua Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pasquale", em 16 de novembro de 1.978

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMAEJÍES
Presidente

Declaração de Voto dos Senhores Conselheiros: Renato Alberto Teodoro Di Dio e Eurípedes Malavolta

Data vênica, não podemos subscrever a conclusão, porque das premissas do parecer só se poderia chegar a denegação do pedido tanto em relação a Ciências das Finanças e Direito Tributário, quanto em relação a Direito Processual Civil II.

Com efeito, o nobre relator, afirma, com razão, que os elementos sob 2.7.1. revelam que o docente indicado não é um especialista na área de Direito Judiciário Civil, nem a rigor na área de Ciências das Finanças e Direito Financeiro.

Além disso a carga horária não deixa tempo para preparo de aulas, correção de provas e aprimoramento de conhecimentos. Senão vejamos.

O candidato trabalha de 2ª a 6ª feira, no Banco do Brasil, das 7,00 às 13,00 horas.

Exerce a advocacia de 2ª a 6ª feira, das 14,00 às 17,00 horas.

No sábado, de 8,00 as 11,00 horas, trabalha na UNIFRAM e, em seguida, das 13,00 às 17,00 horas, na Faculdade "Antônio Augusto Reis Neves", em Barretos.

O horário entre 17,00 e 20,45 horas na sexta-feira está atribuído a um estabelecimento de ensino sob a sigla UNIFRAM.

Para fazer frente a todos esses encargos, sem considerar os da Faculdade de Direito de Franca - cuja aprovação ora se discute - é necessária uma boa dose de malabarismo.

Não sobra tempo ao professor nem para as refeições. É o caso de 6ª feira, dia em que trabalha ininterruptamente das 14,00 às 20,45 horas.

Aos sábados, a viagem de Franca a Barretos deve ser feita em duas horas sem deixar um minuto para almoço. É verdade, que neste caso, o professor poderá alimentar-se durante o transcurso, se dispuser de motorista.

Note-se, afinal, que o parecer inicial, objeto do pedido de reconsideração, se fundamentou em deficiência curricular.

Por esses motivos, não merece provimento o apelo.

São Paulo, 25 de Outubro de 1978.